



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CENTRO DE PROCESSOS SELETIVOS



CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS
TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 72/2015-UFGA, DE 11 DE MAIO DE 2015

NÍVEL E
NUTRICIONISTA – Habilitação:
ALIMENTAÇÃO COLETIVA

16 de agosto de 2015

Nome: _____ N.º de Inscrição: _____

BOLETIM DE QUESTÕES

LEIA COM MUITA ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES SEGUINTEs.

- 1 Este BOLETIM DE QUESTÕES contém 50 QUESTÕES OBJETIVAS, sendo 10 de Língua Portuguesa, 10 de Legislação, e 30 de Conhecimentos Específicos. Cada questão objetiva apresenta cinco alternativas, identificadas com as letras (A), (B), (C), (D) e (E), das quais apenas uma é correta.
- 2 Confira se, além deste BOLETIM DE QUESTÕES, você recebeu o CARTÃO-RESPOSTA.
- 3 É necessário conferir se a prova está completa e sem falhas, bem como se o seu nome e seu número de inscrição conferem com os dados contidos no CARTÃO-RESPOSTA. **Caso exista algum problema, comunique-o imediatamente ao fiscal de sala.**
- 4 Após a conferência, assine seu nome no espaço próprio do CARTÃO-RESPOSTA.
- 5 A marcação do CARTÃO-RESPOSTA deve ser feita com **caneta esferográfica de tinta preta ou azul.**
- 6 O CARTÃO-RESPOSTA não pode ser dobrado, amassado, rasurado, manchado ou danificado de qualquer modo. Não é permitida a utilização de qualquer espécie de corretivo. O Cartão-Resposta somente será substituído caso contenha falha de impressão e/ou se os dados contidos no cartão não corresponderem aos seus.
- 7 O CARTÃO-RESPOSTA será o único documento considerado para a correção.
- 8 Quando terminar a prova, devolva ao fiscal de sala todo o material relacionado no item 2 acima e assine a LISTA DE PRESENÇA. A assinatura do seu nome deve corresponder àquela que consta no seu documento de identificação. Após as 18h você poderá levar este BOLETIM DE QUESTÕES.
- 9 O tempo disponível para a prova é de **quatro horas**, com início às 14h30min e término às 18h30min, observado o horário de Belém-PA. O candidato na condição de PcD que solicitou tempo adicional tem direito 1 (uma) hora além do tempo determinado para a prova.
- 10 Reserve os 30 minutos finais para marcar seu CARTÃO-RESPOSTA. Os rascunhos e as marcações assinaladas no BOLETIM DE QUESTÕES não serão considerados na avaliação.



MARQUE A ÚNICA ALTERNATIVA CORRETA NAS QUESTÕES DE 1 A 50.

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia atentamente o texto **Na pobreza e na riqueza**, de José Luiz Fiorin, para responder às questões de 1 a 10.

Na pobreza e na riqueza
Crenças e preconceitos baseiam associações como
“se é caro, é bom” e “se é simples, é do povo”

01 No trecho que segue, apela-se para um valor como forma de argumentar: “Ele é pobre e sofreu
02 muito na vida; se ele diz que a situação econômica do país é boa, temos de levar em conta seu ponto de
03 vista.”

04 Nesse caso, temos o que se chama *argumentum ad lazarum* (argumento em que se apela para a
05 pobreza). O ponto de vista de alguém deve ser considerado, porque ele é pobre. É o argumento em que a
06 veracidade da tese que se defende está fundada na pobreza de quem a enuncia. Isso significa que o valor
07 em que se baseia esse argumento é o de que os pobres são mais sábios, mais sensatos e mais virtuosos do
08 que os ricos.

09 O nome desse raciocínio, *argumentum ad lazarum*, vem da parábola do pobre Lázaro (Lucas 16: 19-
10 31), que narra a história do mendigo, de nome Lázaro, que, coberto de chagas, ficava à porta de um homem
11 rico, querendo matar a fome com as migalhas que caíam de sua mesa. Ambos morreram e o pobre foi
12 levado ao “seio de Abraão”, enquanto o rico padecia muitos tormentos na morada dos mortos. Este pede a
13 Abraão que permita que Lázaro molhe a ponta de um dedo para refrescar-lhe a língua. Abraão diz que a
14 situação entre eles se inverteu e o rico, que na vida só teve gozos, agora padece e que o pobre não poderá
15 fazer nada por ele. Lázaro é uma antonomásia, um tipo de sinédoque, para designar “pobre”.

16 São argumentos *ad lazarum* os que fundamentam a defesa de um ponto de vista no fato de que
17 aquele que argumenta “não busca ganhos materiais”, “é um simples e honesto homem do povo” etc.

18 Esse raciocínio tem um poder argumentativo muito forte, pois, afinal, todas as principais religiões
19 consideram a pobreza um valor positivo. Por exemplo, em Mateus 19, 24, encontra-se este passo:

20 “É mais fácil passar um camelo pelo fundo de uma agulha do que um rico entrar no Reino dos Céus”.

21 [...]

22 O argumento contrário é chamado *argumentum ad crumenam* (argumento em que se apela para a
23 riqueza). A palavra latina *crumenam* significa “bolsa” e, por metonímia, designa o dinheiro nela guardado e,
24 portanto, a riqueza. É a afirmação em que se atribui veracidade a uma tese, porque quem argumenta é rico:

25 “Suas opiniões sobre a economia brasileira devem estar corretas, porque ele está milionário.”

26 A força do argumento *ad crumenam* está também radicada em crenças e preconceitos
27 profundamente arraigados na sociedade. Certos ramos do cristianismo sempre julgaram a riqueza um sinal
28 de proteção divina. O voto censitário, que vigorou no Brasil durante todo o período imperial, é aquele em que
29 se concede o direito de votar apenas a pessoas que tenham determinada renda, porque só elas são
30 consideradas capazes de opinar nos negócios públicos.

31 [...]

32 Quando se faz o contrário, louvando os ricos e recriminando os pobres ou elogiando um produto,
33 porque é caro, estar-se-ia usando argumentos *ad crumenam*. O Marquês de Maricá, em muitas de suas
34 máximas, considera que os ricos são ricos porque têm méritos, e que os pobres são pobres porque não os
35 têm.

36 “A pobreza e a preguiça andam sempre em companhia.”

37 “O pobre preguiçoso murmura do rico laborioso.”

38 “Com juízo, trabalho, inteligência e economia, é pobre quem não quer ser rico.”

39 “Homens há que parecem acusar a sociedade da sua pobreza, não refletindo que a devem
40 ordinariamente aos seus vícios, ignorância, fatuidade e inflexibilidade de caráter.”

41 [...]

42 Pode-se alargar ainda mais o conceito de argumento *ad lazarum* e *ad crumenam* para tudo, cujo
43 valor reside, respectivamente, no menos ou no mais:

44 “Restaurante com fila na porta é bom. ‘Fila atrai fila’.” (Veja, 12/11/2014, p. 99)

José Luiz Fiorin. Revista Língua, Abril de 2015, p. 20-22

1 Em **Na pobreza e na riqueza**, José Luiz Fiorin

- (A) defende a tese de que os pobres são melhores do que os ricos.
- (B) argumenta em favor da ideia de que os ricos são superiores aos pobres.
- (C) expressa uma visão realista do relacionamento entre pessoas ricas e pobres.
- (D) não faz juízo de valor com relação aos argumentos *ad lazarum* e *ad crumenam*.
- (E) é sarcástico com aqueles que utilizam argumentos *ad lazarum* e *ad crumenam*.



- 2 De acordo com o autor,
- (A) a sociedade valoriza mais argumentos **ad lazarum** do que argumentos **ad crumenam**.
 - (B) valores religiosos podem sustentar tanto argumentos **ad lazarum** quanto **ad crumenam**.
 - (C) as pessoas ricas sempre gozam de privilégios em razão de sua condição socioeconômica.
 - (D) a riqueza de uns pode atrair, injustamente, a inveja e a maledicência de outros.
 - (E) as opiniões pessoais influenciam o julgamento de valores por parte da sociedade.
- 3 Para Fiorin, “*Ele é pobre e sofreu muito na vida; se ele diz que a situação econômica do país é boa, temos de levar em conta seu ponto de vista.*” (linhas 01 a 03) é exemplo de **argumentum ad lazarum** porque
- (A) se sabe que a opinião dos pobres tem maior valor.
 - (B) a pobreza é vista pela sociedade como uma virtude.
 - (C) os pobres são mais sábios e sensatos do que os ricos.
 - (D) a sensatez é vista como uma qualidade dos pobres.
 - (E) se acredita que os pobres são mais desinteressados.
- 4 Em *Este pede a Abraão que permita que Lázaro molhe a ponta de um dedo para refrescar-lhe a língua* (linhas 12 e 13), o pronome **lhe** refere-se
- (A) ao homem rico.
 - (B) a Lázaro.
 - (C) a Abraão.
 - (D) ao homem pobre.
 - (E) a Lucas.
- 5 A ordem inversa foi empregada em
- (A) “*Ele é pobre e sofreu muito na vida; se ele diz que a situação econômica do país é boa, temos de levar em conta seu ponto de vista.*” (linhas 01 a 03)
 - (B) *Este pede a Abraão que permita que Lázaro molhe a ponta de um dedo para refrescar-lhe a língua.* (linhas 12 e 13)
 - (C) São argumentos **ad lazarum** os que fundamentam a defesa de um ponto de vista no fato de que aquele que argumenta “*não busca ganhos materiais*”, “*é um simples e honesto homem do povo*” etc. (linhas 16 e 17)
 - (D) O Marquês de Maricá, em muitas de suas máximas, considera que os ricos são ricos porque têm méritos, e que os pobres são pobres porque não os têm. (linhas 33 a 35)
 - (E) “*Homens há que parecem acusar a sociedade da sua pobreza, não refletindo que a devem ordinariamente aos seus vícios, ignorância, fatuidade e inflexibilidade de caráter.*” (linhas 39 e 40)
- 6 As aspas foram empregadas para destacar o sentido conotativo em
- (A) *Ambos morreram e o pobre foi levado ao “seio de Abraão”, enquanto o rico padecia muitos tormentos na morada dos mortos.* (linhas 11 e 12)
 - (B) *Lázaro é uma antonomásia, um tipo de sinédoque, para designar “pobre”.* (linha 15)
 - (C) São argumentos **ad lazarum** os que fundamentam a defesa de um ponto de vista no fato de que aquele que argumenta “*não busca ganhos materiais*”, “*é um simples e honesto homem do povo*” etc. (linhas 16 e 17)
 - (D) A palavra latina **crumenam** significa “*bolsa*” e, por metonímia, designa o dinheiro nela guardado e, portanto, a riqueza. (linhas 23 e 24)
 - (E) “*Restaurante com fila na porta é bom. ‘Fila atrai fila’.*” (linha 44)
- 7 No trecho *Esse raciocínio tem um poder argumentativo muito forte, pois, afinal, todas as principais religiões consideram a pobreza um valor positivo. Por exemplo, em Mateus 19, 24, encontra-se este passo: “É mais fácil passar um camelo pelo fundo de uma agulha do que um rico entrar no Reino dos Céus.”* (linhas 18 a 20), a palavra *passo* significa
- (A) movimento.
 - (B) resolução.
 - (C) pensamento.
 - (D) medida.
 - (E) negócio.



- 8 Em *“Homens há que parecem acusar a sociedade da sua pobreza, não refletindo que a devem ordinariamente aos seus vícios, ignorância, fatuidade e inflexibilidade de caráter.”* (linhas 39 e 40), sem causar alteração no significado do enunciado, o advérbio *ordinariamente* poderia ser substituído por
- (A) simplesmente.
 - (B) geralmente.
 - (C) certamente.
 - (D) meramente.
 - (E) efetivamente.
- 9 Sem causar prejuízo ao significado do enunciado, a palavra *porque* poderia ser suprimida em
- (A) *O ponto de vista de alguém deve ser considerado, porque ele é pobre.* (linha 05)
 - (B) *É a afirmação em que se atribui veracidade a uma tese, porque quem argumenta é rico:* (linha 24)
 - (C) *“Suas opiniões sobre a economia brasileira devem estar corretas, porque ele está milionário”.* (linha 25)
 - (D) *Louvando os ricos e recriminando os pobres ou elogiando um produto, porque é caro, estar-se-ia usando argumentos **ad crumenam**.* (linhas 32 e 33)
 - (E) *O Marquês de Maricá, em muitas de suas máximas, considera que os ricos são ricos porque têm méritos, e que os pobres são pobres porque não os têm.* (linhas 33 a 35)
- 10 Para enfatizar uma ideia, a vírgula poderia dar lugar a um ponto em
- (A) *“... se ele diz que a situação econômica do país é boa, temos de levar em conta seu ponto de vista.”* (linhas 02 e 03)
 - (B) *Isso significa que o valor em que se baseia esse argumento é o de que os pobres são mais sábios, mais sensatos e mais virtuosos do que os ricos.* (linhas 06 a 08)
 - (C) *Ambos morreram e o pobre foi levado ao “seio de Abraão”, enquanto o rico padecia muitos tormentos na morada dos mortos.* (linhas 11 e 12)
 - (D) *É a afirmação em que se atribui veracidade a uma tese, porque quem argumenta é rico:* (linha 24)
 - (E) *O Marquês de Maricá (...) considera que os ricos são ricos porque têm méritos, e que os pobres são pobres porque não os têm.* (linhas 33 a 35)

LEGISLAÇÃO

- 11 De acordo com o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais, Lei nº 8.112/90 e suas alterações, as formas de provimento de cargo público são:
- (A) Nomeação; readaptação; reversão; aproveitamento; reintegração e recondução.
 - (B) Nomeação; promoção; readaptação; reversão; aproveitamento; reintegração e recondução.
 - (C) Nomeação; promoção; readaptação; reversão; reintegração e recondução.
 - (D) Nomeação; promoção; readaptação; reversão; aproveitamento e recondução.
 - (E) Nomeação; promoção; readaptação; reversão; aproveitamento e reintegração.
- 12 Preceitua o Decreto nº 5.825/2006 as diretrizes para elaboração do Plano de Desenvolvimento dos Integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, instituído pela Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, e deverá contemplar
- (A) a função estratégica do ocupante da carreira dentro da IFE; a apropriação do processo de trabalho pelos ocupantes da carreira, inserindo-os como sujeitos no planejamento institucional; e o aprimoramento do processo de trabalho, transformando-o em conhecimento coletivo e de domínio público; e Programa de Avaliação de Desempenho.
 - (B) a construção coletiva de soluções para as questões institucionais; a reflexão crítica dos ocupantes da carreira acerca de seu desempenho em relação aos objetivos institucionais; e Programa de Capacitação e Aperfeiçoamento.
 - (C) dimensionamento das necessidades institucionais de pessoal, com definição de modelos de alocação de vagas que contemple a realidade da instituição; Programa de Capacitação e Aperfeiçoamento; e Programa de Avaliação de Desempenho.
 - (D) a administração de pessoal como uma atividade a ser realizada pelo órgão de gestão de pessoas e as demais unidades da administração das IFEs; a identificação de necessidade de pessoal, inclusive remanejamento, readaptação e redistribuição da força de trabalho de cada unidade organizacional; e Programa de capacitação e aperfeiçoamento.
 - (E) as condições institucionais para capacitação e avaliação que tornem viáveis a melhoria da qualidade na prestação de serviços, no cumprimento dos objetivos institucionais, o desenvolvimento das potencialidades dos ocupantes da carreira e sua realização profissional como cidadãos; a integração entre ambientes organizacionais e as diferentes áreas do conhecimento; e Programa de Avaliação de Desempenho.



- 13 O processo disciplinar é o instrumento destinado a apurar responsabilidade de servidor por infração praticada no exercício de suas atribuições, ou que tenha relação com as atribuições do cargo em que se encontre investido e será conduzido por comissão composta de
- (A) três servidores estáveis designados pela autoridade competente, que indicará, dentre eles, o seu presidente, que deverá ser ocupante de cargo efetivo superior ou de mesmo nível, ou ter nível de escolaridade igual ou superior ao do indiciado; a Comissão terá como secretário servidor designado pelo seu presidente, podendo a indicação recair em um de seus membros; não poderá participar de comissão de sindicância ou de inquérito cônjuge, companheiro ou parente do acusado, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau.
 - (B) três servidores não obrigatoriamente estáveis designados pela autoridade competente, que indicará, dentre eles, o seu presidente, que deverá ser ocupante de cargo efetivo superior ou de mesmo nível, ou ter nível de escolaridade igual ou superior ao do indiciado; a Comissão terá como secretário servidor designado pelo seu presidente, podendo a indicação recair em um de seus membros; não poderá participar de comissão de sindicância ou de inquérito cônjuge, companheiro ou parente do acusado, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau.
 - (C) dois servidores estáveis designados pela autoridade competente, que indicará, dentre eles, o seu presidente, que deverá ser ocupante de cargo efetivo não obrigatoriamente superior ou de mesmo nível, ou não obrigatoriamente ter nível de escolaridade igual ou superior ao do indiciado; a Comissão terá como secretário servidor designado pelo seu presidente, podendo a indicação recair em um de seus membros; não poderá participar de comissão de sindicância ou de inquérito cônjuge, companheiro ou parente do acusado, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau.
 - (D) três servidores estáveis designados pela autoridade competente, que indicará, dentre eles, o seu presidente, que deverá ser ocupante de cargo efetivo superior ou de mesmo nível, ou ter nível de escolaridade igual ou superior ao do indiciado; a Comissão terá como secretário servidor designado pelo seu presidente, podendo a indicação recair em um de seus membros; poderá participar de comissão de sindicância ou de inquérito cônjuge, companheiro ou parente do acusado, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau.
 - (E) dois servidores não obrigatoriamente estáveis designados pela autoridade competente, cujo presidente será escolhido por meio de sorteio entre os servidores da comissão; a Comissão terá como secretário servidor designado pelo seu presidente, podendo a indicação recair em um de seus membros; não poderá participar de comissão de sindicância ou de inquérito cônjuge, companheiro ou parente do acusado, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau.
- 14 Dentre outras proibições ao servidor regido pela Lei nº 8.112/90 e suas alterações (Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais), citam-se:
- (A) Ausentar-se do serviço durante o expediente, sem prévia autorização do chefe imediato; retirar, sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição; recusar fé a documentos públicos; manter sob sua chefia imediata, em cargo ou função de confiança, cônjuge, companheiro ou parente até o segundo grau civil; proceder de forma desidiosa; zelar pela economia do material e pela conservação do patrimônio público.
 - (B) Retirar, sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição; cumprir as ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais; recusar fé a documentos públicos; manter sob sua chefia imediata, em cargo ou função de confiança, cônjuge, companheiro ou parente até o segundo grau civil; valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública; proceder de forma desidiosa.
 - (C) Ausentar-se do serviço durante o expediente, sem prévia autorização do chefe imediato; retirar, sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição; recusar fé a documentos públicos; manter sob sua chefia imediata, em cargo ou função de confiança, cônjuge, companheiro ou parente até o segundo grau civil; valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública; proceder de forma desidiosa.
 - (D) Ausentar-se do serviço durante o expediente, sem prévia autorização do chefe imediato; representar contra ilegalidade, omissão ou abuso de poder; recusar fé a documentos públicos; manter sob sua chefia imediata, em cargo ou função de confiança, cônjuge, companheiro ou parente até o segundo grau civil; valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública; proceder de forma desidiosa.
 - (E) Ausentar-se do serviço durante o expediente, sem prévia autorização do chefe imediato; retirar, sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição; recusar fé a documentos públicos; manter conduta compatível com a moralidade administrativa; valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública; proceder de forma desidiosa.



- 15 Em conformidade com o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal (Decreto nº 1.171/94), são deveres fundamentais, dentre outros, do servidor público:
- (A) Desempenhar, a tempo, as atribuições do cargo, função ou emprego público de que seja titular; ser probo, reto, leal e justo, demonstrando toda a integridade do seu caráter, escolhendo sempre, quando estiver diante de duas opções, a melhor e a mais vantajosa para o bem comum; cometer a pessoas estranha à repartição, fora dos casos previstos em lei, o desempenho de atribuição que seja de sua responsabilidade ou de seu subordinado; ser assíduo e frequente ao serviço, na certeza de que sua ausência provoca danos ao trabalho ordenado, refletindo negativamente em todo o sistema.
 - (B) Ser probo, reto, leal e justo, demonstrando toda a integridade do seu caráter, escolhendo sempre, quando estiver diante de duas opções, a melhor e a mais vantajosa para o bem comum; jamais retardar qualquer prestação de contas, condição essencial da gestão dos bens, direitos e serviços da coletividade a seu cargo; ser assíduo e frequente ao serviço, na certeza de que sua ausência provoca danos ao trabalho ordenado, refletindo negativamente em todo o sistema; opor resistência injustificada ao andamento de documento e processo ou execução de serviço.
 - (C) Desempenhar, a tempo, as atribuições do cargo, função ou emprego público de que seja titular; jamais retardar qualquer prestação de contas, condição essencial da gestão dos bens, direitos e serviços da coletividade a seu cargo; coagir ou aliciar subordinados no sentido de filiarem-se a associação profissional ou sindical, ou a partido político; ser assíduo e frequente ao serviço, na certeza de que sua ausência provoca danos ao trabalho ordenado, refletindo negativamente em todo o sistema.
 - (D) Desempenhar, a tempo, as atribuições do cargo, função ou emprego público de que seja titular; ser probo, reto, leal e justo, demonstrando toda a integridade do seu caráter, escolhendo sempre, quando estiver diante de duas opções, a melhor e a mais vantajosa para o bem comum; aceitar comissão, emprego ou pensão de estado estrangeiro; jamais retardar qualquer prestação de contas, condição essencial da gestão dos bens, direitos e serviços da coletividade a seu cargo.
 - (E) Desempenhar, a tempo, as atribuições do cargo, função ou emprego público de que seja titular; ser probo, reto, leal e justo, demonstrando toda a integridade do seu caráter, escolhendo sempre, quando estiver diante de duas opções, a melhor e a mais vantajosa para o bem comum; jamais retardar qualquer prestação de contas, condição essencial da gestão dos bens, direitos e serviços da coletividade a seu cargo; ser assíduo e frequente ao serviço, na certeza de que sua ausência provoca danos ao trabalho ordenado, refletindo negativamente em todo o sistema.
- 16 A Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, versa sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculados ao Ministério da Educação, e dá outras providências. Quanto à organização do quadro de pessoal, é correto afirmar:
- (A) Caberá à Instituição Federal de Ensino avaliar mensalmente a adequação do quadro de pessoal às suas necessidades, propondo ao Ministério da Cultura o seu redimensionamento, consideradas, entre outras, as seguintes variáveis: demandas institucionais; proporção entre os quantitativos da força de trabalho do Plano de Carreira e usuários; inovações tecnológicas; e modernização dos processos de trabalho no âmbito da Instituição.
 - (B) Caberá à Instituição Federal de Ensino avaliar bimestralmente a adequação do quadro de pessoal às suas necessidades, propondo ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação o seu redimensionamento, consideradas, entre outras, as seguintes variáveis: demandas institucionais; proporção entre os quantitativos da força de trabalho do Plano de Carreira e usuários; inovações tecnológicas; e modernização dos processos de trabalho no âmbito da Instituição.
 - (C) Caberá à Instituição Federal de Ensino avaliar trimestralmente a adequação do quadro de pessoal às suas necessidades, propondo ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão o seu redimensionamento, consideradas, entre outras, as seguintes variáveis: demandas institucionais; proporção entre os quantitativos da força de trabalho do Plano de Carreira e usuários; inovações tecnológicas; e modernização dos processos de trabalho no âmbito da Instituição.
 - (D) Caberá à Instituição Federal de Ensino avaliar anualmente a adequação do quadro de pessoal às suas necessidades, propondo ao Ministério da Educação, se for o caso, o seu redimensionamento, consideradas, entre outras, as seguintes variáveis: demandas institucionais; proporção entre os quantitativos da força de trabalho do Plano de Carreira e usuários; inovações tecnológicas; e modernização dos processos de trabalho no âmbito da Instituição.
 - (E) Caberá à Instituição Federal de Ensino avaliar semestralmente a adequação do quadro de pessoal às suas necessidades, propondo ao Ministro-Chefe da Casa Civil da Presidência da República o seu redimensionamento, consideradas, entre outras, as seguintes variáveis: demandas institucionais; proporção entre os quantitativos da força de trabalho do Plano de Carreira e usuários; inovações tecnológicas; e modernização dos processos de trabalho no âmbito da Instituição.



- 17 O Decreto nº 5.378/2005 instituiu o Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização – GESPÚBLICA e o Comitê Gestor do Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização, e dá outras providências. Ao Comitê Gestor compete
- (A) apresentar trimestralmente proposta ao Ministro de Estado da Educação o planejamento estratégico do GESPÚBLICA; articular-se para a identificação de mecanismos que possibilitem a obtenção de recursos e demais meios para a execução das ações do GESPÚBLICA; constituir comissões setoriais e regionais, com a finalidade de descentralizar a gestão do GESPÚBLICA; monitorar, avaliar e divulgar os resultados do GESPÚBLICA; certificar a validação dos resultados da autoavaliação dos órgãos e entidades participantes do GESPÚBLICA; e reconhecer e premiar os órgãos e entidades da administração pública, participantes do GESPÚBLICA, que demonstrem qualidade em gestão, medida pelos resultados institucionais obtidos.
 - (B) oferecer bimestralmente proposta ao Ministro de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação o planejamento estratégico do GESPÚBLICA; articular-se para a identificação de mecanismos que possibilitem a obtenção de recursos e demais meios para a execução das ações do GESPÚBLICA; constituir comissões setoriais e regionais, com a finalidade de descentralizar a gestão do GESPÚBLICA; monitorar, avaliar e divulgar os resultados do GESPÚBLICA; certificar a validação dos resultados da autoavaliação dos órgãos e entidades participantes do GESPÚBLICA; e reconhecer e premiar os órgãos e entidades da administração pública, participantes do GESPÚBLICA, que demonstrem qualidade em gestão, medida pelos resultados institucionais obtidos.
 - (C) aventar semestralmente, junto à Secretária-Geral da Presidência da República, o planejamento estratégico do GESPÚBLICA; articular-se para a identificação de mecanismos que possibilitem a obtenção de recursos e demais meios para a execução das ações do GESPÚBLICA; constituir comissões setoriais e regionais, com a finalidade de descentralizar a gestão do GESPÚBLICA; monitorar, avaliar e divulgar os resultados do GESPÚBLICA; certificar a validação dos resultados da autoavaliação dos órgãos e entidades participantes do GESPÚBLICA; e reconhecer e premiar os órgãos e entidades da administração pública, participantes do GESPÚBLICA, que demonstrem qualidade em gestão, medida pelos resultados institucionais obtidos.
 - (D) propor ao Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão o planejamento estratégico do GESPÚBLICA; articular-se para a identificação de mecanismos que possibilitem a obtenção de recursos e demais meios para a execução das ações do GESPÚBLICA; constituir comissões setoriais e regionais, com a finalidade de descentralizar a gestão do GESPÚBLICA; monitorar, avaliar e divulgar os resultados do GESPÚBLICA; certificar a validação dos resultados da autoavaliação dos órgãos e entidades participantes do GESPÚBLICA; e reconhecer e premiar os órgãos e entidades da administração pública, participantes do GESPÚBLICA, que demonstrem qualidade em gestão, medida pelos resultados institucionais obtidos.
 - (E) colocar anualmente diante da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, o planejamento estratégico do GESPÚBLICA; articular-se para a identificação de mecanismos que possibilitem a obtenção de recursos e demais meios para a execução das ações do GESPÚBLICA; constituir comissões setoriais e regionais, com a finalidade de descentralizar a gestão do GESPÚBLICA; monitorar, avaliar e divulgar os resultados do GESPÚBLICA; certificar a validação dos resultados da autoavaliação dos órgãos e entidades participantes do GESPÚBLICA; e reconhecer e premiar os órgãos e entidades da administração pública, participantes do GESPÚBLICA, que demonstrem qualidade em gestão, medida pelos resultados institucionais obtidos.
- 18 Em conformidade com o Estatuto da Universidade Federal do Pará, publicado no DOU de 12 de julho de 2006, os Conselhos Superiores são órgãos de consulta, de deliberação e de recursos no âmbito da UFPA. São Conselhos Superiores:
- (A) O Conselho Universitário – CONSUN; o Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE; as Pró-Reitorias.
 - (B) O Conselho Universitário – CONSUN; o Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE; o Conselho Superior de Administração – CONSAD.
 - (C) O Conselho Universitário – CONSUN; o Conselho Superior de Administração – CONSAD; as Coordenadorias dos *Campi*.
 - (D) O Conselho Universitário – CONSUN; o Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE; as Diretorias de Unidades Acadêmicas, incluídas as Especiais.
 - (E) O Conselho Universitário – CONSUN; o Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE; as Diretorias e Coordenadorias de Subunidades Acadêmicas.



- 19 O Decreto nº 5.707/2006 instituiu a Política de Desenvolvimento de Pessoal a ser implementada pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e regulamentou dispositivos da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. São Instrumentos da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal:
- (A) Plano anual de capacitação.
 - (B) Relatório de execução do plano anual de capacitação.
 - (C) Plano trimestral de capacitação; e relatório de execução do plano trimestral de capacitação.
 - (D) Plano semestral de capacitação; relatório de execução do plano semestral de capacitação; e sistema de gestão por competência.
 - (E) Plano anual de capacitação; relatório de execução do plano anual de capacitação; e sistema de gestão por competência.
- 20 O conjunto Missão, Visão e Princípios da UFPA representa sua identidade institucional, facilitando e promovendo a convergência dos esforços humanos, materiais e financeiros, constituindo-se em um conjunto de macrobalizadores que regem e inspiram a conduta e os rumos da Instituição em direção ao cumprimento do seu PDI. A tríade serve de guia para os comportamentos, as atitudes e as decisões de todas as pessoas, que, no exercício das suas responsabilidades e na busca dos seus objetivos, estejam executando a Missão, na direção da Visão, tendo como referência os princípios institucionais. Os Princípios do PDI da UFPA contêm
- (A) promover a universalização do conhecimento; o respeito à ética e à diversidade étnica, cultural e biológico; o pluralismo de ideias e de pensamento; o ensino público e gratuito; a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; a flexibilidade de métodos, critérios e procedimentos acadêmicos; a excelência acadêmica; a defesa dos direitos humanos e a preservação do meio ambiente.
 - (B) produzir, socializar e transformar o conhecimento na Amazônia para a formação de cidadãos capazes de promover a construção de uma sociedade sustentável; ser referência nacional e internacional como universidade *multicampi* integrada à sociedade e centro de excelência na produção acadêmica, científica, tecnológica e cultural.
 - (C) ser referência nacional e internacional como universidade *multicampi* integrada à sociedade e centro de excelência na produção acadêmica, científica, tecnológica e cultural; a defesa dos direitos humanos e a preservação do meio ambiente; o respeito à ética e à diversidade étnica, cultural e biológico.
 - (D) produzir, socializar e transformar o conhecimento na Amazônia para a formação de cidadãos capazes de promover a construção de uma sociedade sustentável; a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; a flexibilidade de métodos, critérios e procedimentos acadêmicos.
 - (E) ser referência nacional e internacional como universidade *multicampi* integrada à sociedade e centro de excelência na produção acadêmica, científica, tecnológica e cultural; o ensino público e gratuito; o pluralismo de ideias e de pensamento.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

- 21 A palavra administração vem do latim *ad* (direção) e *mister* (pessoas) e designa a organização do trabalho objetivando atingir interesses comuns por meio da coordenação das atividades grupais. A administração é realizada por meio de processo administrativo, que abrange atividades administrativas, técnicas e operacionais. As funções administrativas englobam
- (A) supervisão, planejamento, verificação e coordenação.
 - (B) organização, planejamento, comunicação e direção.
 - (C) planejamento, supervisão, coordenação e controle.
 - (D) comunicação, controle, organização e direção.
 - (E) planejamento, organização, direção e controle.
- 22 A estrutura organizacional pode ser representada de duas formas: literal e gráfica. A representação literal são as instruções por meio de
- (A) estatuto, regulamento e funcionograma.
 - (B) regimento, regulamento e organograma.
 - (C) funcionograma, estatuto e regulamento.
 - (D) estatuto, regulamento e regimento.
 - (E) organograma, estatuto e regulamento.



- 23 Vários são os fatores que devem ser considerados na ambiência do trabalho, alguns interferindo diretamente na produção e outros proporcionando condições adequadas de trabalho. Dentre os que interferem diretamente na produção, pode-se citar
- (A) localização, configuração geométrica, instalações elétricas, umidade e ruídos.
 - (B) iluminação, ventilação, cor, ruídos, temperatura e umidade.
 - (C) ventilação, temperatura, pisos, localização e iluminação.
 - (D) configuração geométrica, cor, instalações elétricas, ruídos e umidade.
 - (E) localização, temperatura, instalações, ruídos, cor.
- 24 Um dos objetivos da Unidade de Alimentação e Nutrição (UAN) é oferecer uma alimentação adequada às necessidades nutricionais de sua clientela. Para assegurar esta adequação, será necessário definir previamente as necessidades em calorias utilizando-se o método da Organização Mundial de Saúde (OMS) para avaliação do Valor Calórico Total (VCT). Nos locais onde se oferece mais de um tipo de refeição, a distribuição do VCT pode guardar as seguintes proporções
- (A) desjejum (10%), almoço (50%), jantar (40%).
 - (B) desjejum (15%), almoço (40%), jantar (45%).
 - (C) desjejum (15%), almoço (45%), jantar (40%).
 - (D) desjejum (10%), almoço (45%), jantar (45%).
 - (E) desjejum (5%), almoço (50%), jantar (45%).
- 25 O planejamento da construção de um hospital e, conseqüentemente, do serviço de alimentação é realizado em oito etapas **sucessivas**, sendo as duas primeiras
- (A) o estabelecimento do plano diretor e do anteprojeto ou *layout*.
 - (B) a definição da planta física e do memorial descritivo.
 - (C) o estabelecimento do plano diretor e do anteprojeto ou *layout* do serviço de alimentação.
 - (D) a definição do memorial descritivo e o estabelecimento do plano diretor do serviço de alimentação.
 - (E) o *layout* do serviço de alimentação e a construção do serviço de alimentação.
- 26 Em uma Unidade Produtora de Refeições (UPR), são necessários 7 minutos para produzir uma refeição. Considerando que uma determinada UPR tem, diariamente, uma jornada de trabalho de 600 minutos e serve 4600 refeições no almoço e 1400 refeições no jantar, o Índice de Pessoal Fixo (IPF) e o Índice de Produtividade Individual (IPI) da unidade são, **respectivamente**,
- (A) 70 funcionários fixos e 86 refeições por empregado, aproximadamente.
 - (B) 75 funcionários fixos e 65 refeições por empregado, aproximadamente.
 - (C) 75 funcionários fixos e 80 refeições por empregado, aproximadamente.
 - (D) 70 funcionários fixos e 85 refeições por empregado, aproximadamente.
 - (E) 70 funcionários fixos e 92 refeições por empregado, aproximadamente.
- 27 É considerado papel primário do trato gastrointestinal
- (A) extrair micronutrientes e água dos alimentos e bebidas ingeridas.
 - (B) absorver macronutrientes e oligoelementos não digeríveis dos alimentos e das bebidas ingeridas.
 - (C) extrair micronutrientes, macronutrientes e o etanol dos alimentos e das bebidas ingeridas.
 - (D) absorver macronutrientes, água e etanol dos alimentos e das bebidas ingeridas.
 - (E) extrair macronutrientes, água e etanol dos alimentos e das bebidas ingeridas.
- 28 O controle do rejeito por meio da aplicação do Indicador de Restos (IR) visa a avaliar a adequação das quantidades preparadas em relação às necessidades de consumo (sobra), o porcionamento na distribuição e a aceitação do cardápio (restos). São aceitáveis como percentuais de resto-ingestão para coletividades sadias e enfermas, taxas inferiores, **respectivamente**, a
- (A) 5% e 10%.
 - (B) 10% e 15%.
 - (C) 5% e 15%.
 - (D) 10% e 20%.
 - (E) 15% e 20%.



29 O custo de uma refeição em uma Unidade Produtora de Refeições (UPR) pode ser definido como todos os gastos que fazem parte da produção de bens ou serviços e pode ser classificado, em relação ao aspecto contábil, em custo diretos e indiretos. Desta forma, considere os seguintes valores *per capita*.

Gêneros alimentícios	R\$ 5,00
Mão de obra da UPR	R\$ 1,20
Material descartável	R\$ 0,25
Material de limpeza	R\$ 0,30
Água	R\$ 0,15
Energia elétrica	R\$ 0,30

Neste caso, o valor do custo direto, em reais (R\$), é

- (A) R\$ 5,00.
- (B) R\$ 5,55.
- (C) R\$ 6,00.
- (D) R\$ 6,75.
- (E) R\$ 7,20.

30 A temperatura (°C) e umidade relativa (%) das câmaras frigoríficas para carnes e laticínios em uma Unidade Produtora de Refeições (UPR) são, **respectivamente**,

- (A) de 5°C e 80% e de 0°C e 70%.
- (B) de 0°C e 70% e de 4°C e 50%.
- (C) de 0°C e 70% e de 5°C e 60%.
- (D) de 10°C e 80% e de 10°C e 70%.
- (E) de 0°C e 50% e de 4°C e 50%.

31 Uma Unidade Produtora de Refeições (UPR) com 100 empregados que trabalham oito horas diárias e que servem 4800 refeições por dia apresentará um Indicador de Rendimento de Mão de Obra (IRd) de

- (A) 09 minutos.
- (B) 10 minutos.
- (C) 11 minutos.
- (D) 12 minutos.
- (E) 15 minutos.

32 De acordo com a Norma Regulamentadora de Segurança e Medicina do Trabalho (NR-24), nos estabelecimentos em que trabalhem mais de 300 operários, é obrigatória a existência de um refeitório, que deve ter uma área de 1,00m² por usuário, abrigando de cada vez 1/3 do total de empregados por turno de trabalho. Sendo um turno o que tem maior número de empregados, os percentuais da área do refeitório que devem corresponder à **cozinha** e ao **depósito** de gêneros alimentícios são, **respectivamente**,

- (A) 40% e 30%.
- (B) 35% e 20%.
- (C) 30% e 15%.
- (D) 45% e 25%.
- (E) 50% e 20%.

33 O dimensionamento dos equipamentos utilizados em uma Unidade de Alimentação e Nutrição (UAN) constitui tarefa que requer experiência do Nutricionista, pois as informações necessárias a esta fase variam de acordo com o tipo de equipamento e, sobretudo, com a fonte de alimentação. Desta forma, deve existir uma estreita relação com

- (A) política da empresa, quadro efetivo da mão de obra e manutenção preventiva.
- (B) disponibilidade econômica da instituição, armazenamento do alimento e custo operacional da manutenção.
- (C) quadro de pessoal, equipamento de fácil operação e de menor custo.
- (D) política de compras, tipo de serviço; método de preparo do alimento.
- (E) padrão do cardápio, número de refeições; sistema de distribuição e política de compras.



- 34 O método de cocção por calor seco tem ação de desidratação do alimento, além de concentrar as substâncias extrativas e de favorecer o sabor. Os métodos mais usados são por meios direto e indireto. A cocção por meio indireto é feita com
- (A) prancha e chapa.
 - (B) raios infravermelhos e aquecimento eletrônico (microondas).
 - (C) aquecimento ao ar livre (grelha/espeto) e ar confinado (forno).
 - (D) ar confinado (forno) e chapa.
 - (E) gordura (fritar ou dourar) e raios infravermelhos.
- 35 Nas operações de divisão de alimentos com separação de dois líquidos e de dois sólidos, deve-se, **respectivamente**,
- (A) centrifugar e descascar.
 - (B) decantar e centrifugar.
 - (C) destilar e sedimentar.
 - (D) coar e tamisar.
 - (E) filtrar e decantar.
- 36 No cardápio do jantar de um Restaurante Universitário (RU), será servida salada de beterraba crua. Sabendo que esta unidade fornece refeição para 1500 clientes, que o *per capita* líquido da beterraba é de 120g e, que o fator de correção é 2, a quantidade necessária a ser adquirida, em quilograma, é de
- (A) 240kg.
 - (B) 264kg.
 - (C) 288kg.
 - (D) 300kg.
 - (E) 360kg.
- 37 As micotoxinas são toxinas produzidas por fungos e que, quando ingeridas pré-formadas nos alimentos, resultam em doença denominada de micotoxicose. São exemplos de micotoxinas
- (A) toxina do ergot, patulina, citratonina, zearalenona e aflatoxinas.
 - (B) vomitoxina, ocratoxina, tricotecenos, zenarelon, fumonisina e aflatoxinas.
 - (C) deoxinivalenol, fumonisinas, ocratoxina, aflatoxinas e patulina.
 - (D) ocratoxina, zearalenona, patulina, citratonina e denoxinivalenol e aflatoxinas.
 - (E) fumonisinas, citratonina, patulina, zearalenona, ocratoxina, deoxinivalenol e aflatoxinas.
- 38 No processo de desidratação, a água do alimento é removida até o ponto em que não se prejudique o aspecto e o sabor peculiares, para se obter um produto menos exposto à deterioração. O volume inicial do alimento pode ser reduzido em, no máximo,
- (A) 40%.
 - (B) 50%.
 - (C) 80%.
 - (D) 60%.
 - (E) 70%.
- 39 A Portaria Interministerial nº 66, de 25 de agosto de 2006 e Portaria da Secretaria de Inspeção do Trabalho/Departamento de Segurança e Saúde no Trabalho nº 193, de 05 de dezembro de 2006, alteram os parâmetros nutricionais do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT). “Os parâmetros nutricionais para a alimentação do trabalhador estabelecidos nestas Portarias deverão ser calculados com base nos seguintes valores diários de referência para macro e micronutrientes”, **respectivamente**,
- (A) Valor Energético Total (VET): 2000 calorias; Carboidrato: 45-75%; Proteína: 15-20%; Gordura Total: 15-30%; Gordura Saturada: < 12%; Fibra: > 20g; Sódio: ≤ 2.500mg.
 - (B) Valor Energético Total (VET): 2000-2500 calorias; Carboidrato: 45-65%; Proteína: 10-15%; Gordura Total: 10-20%; Gordura Saturada: < 15%; Fibra: > 30g; Sódio: ≤ 2.000mg.
 - (C) Valor Energético Total (VET): 2000 calorias; Carboidrato: 40-60%; Proteína: 10-20%; Gordura Total: 15-25%; Gordura Saturada: < 20%; Fibra: > 25g; Sódio: ≤ 2.300mg.
 - (D) Valor Energético Total (VET): 2500 calorias; Carboidrato: 55-65%; Proteína: 10-15%; Gordura Total: 10-30%; Gordura Saturada: < 15%; Fibra: > 30g; Sódio: ≤ 2.500mg.
 - (E) Valor Energético Total (VET): 2000 calorias; Carboidrato: 55-75%; Proteína: 10-15%; Gordura Total: 15-30%; Gordura Saturada: < 10%; Fibra: > 25g; Sódio: ≤ 2.400mg.



- 40 As diretrizes que integram a Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN) indicam as linhas de ações para o alcance do seu propósito, capazes de modificar os determinantes de saúde e promover a saúde da população. Tais diretrizes se fundamentam em valores como
- (A) respeito à diversidade e à cultura alimentar, promoção da alimentação adequada e saudável, vigilância alimentar e nutricional, segurança alimentar e nutricional com soberania, fortalecimento da autonomia dos indivíduos, determinação social e a natureza interdisciplinar e intersetorial da alimentação e nutrição, participação e controle social.
 - (B) fortalecimento da autonomia dos indivíduos, segurança alimentar e nutricional com soberania, respeito à diversidade e à cultura alimentar, promoção da alimentação adequada e saudável, alimentação como elemento de humanização das práticas de saúde, controle e regulação dos alimentos, pesquisa, inovação e conhecimento em alimentação e nutrição.
 - (C) alimentação como elemento de humanização das práticas de saúde, respeito à diversidade e à cultura alimentar, fortalecimento da autonomia dos indivíduos, determinação social e a natureza interdisciplinar e intersetorial da alimentação e nutrição, segurança alimentar e nutricional com soberania.
 - (D) organização da atenção nutricional, promoção da alimentação adequada e saudável, vigilância alimentar e nutricional, gestão das ações de alimentação e nutrição, participação e controle social, qualificação da força de trabalho, controle e regulação dos alimentos, pesquisa, inovação e conhecimento em alimentação e nutrição, cooperação e articulação para a segurança alimentar e nutricional.
 - (E) determinação social e natureza interdisciplinar e intersetorial da alimentação e nutrição, respeito à diversidade e à cultura alimentar, promoção da alimentação adequada e saudável, alimentação como elemento de humanização das práticas de saúde, vigilância alimentar e nutricional, fortalecimento da autonomia dos indivíduos.
- 41 Uma Unidade de Alimentação e Nutrição (UAN) oferecerá como prato principal bifes na chapa. No planejamento da quantidade de carne a ser comprada, os seguintes itens devem ser considerados: fator de correção igual a 1,2, índice de conversão 0,8, o peso cozido do alimento desejado de 120 gramas por porção para servir 180 refeições e margem de segurança de 10%. A quantidade aproximada de alcatra a ser comprada é de
- (A) 32.440 gramas.
 - (B) 35.720 gramas.
 - (C) 35.640 gramas.
 - (D) 36.580 gramas.
 - (E) 36.760 gramas.
- 42 Os alimentos, quando ingeridos, aportam nutrientes indispensáveis para uma boa nutrição humana. Alguns aminoácidos são indispensáveis na dieta, pois não podem ser sintetizados pelo organismo, como
- (A) lisina, treonina, valina, leucina e metionina.
 - (B) alanina, serina, histidina e lisina.
 - (C) lisina, alanina, triptofano e isoleucina
 - (D) metionina, lisina, alanina, serina, treonina e triptofano.
 - (E) lisina, alanina, serina, asparagina, leucina, treonina e isoleucina.
- 43 O Guia Alimentar para a População Brasileira apresenta diretrizes que podem e devem ser seguidas por todos, possibilitando que as pessoas deem preferência aos alimentos mais nutritivos em quantidades suficientes, de maneira a promover saúde e prevenir doenças. Desta forma, uma alimentação saudável deve ter, como atributos básicos,
- (A) sabor, variedade, custo, qualidade, valor nutritivo e acessibilidade.
 - (B) Variedade, qualidade, quantidade, sabor, aroma, equilíbrio e acessibilidade.
 - (C) qualidade nutricional, quantidade, adequação, cor e aroma.
 - (D) acessibilidade física e financeira, sabor, cor, variedade, harmonia, segurança sanitária.
 - (E) Adequação, sanidade, qualidade, quantidade, custo, sabor e cor.
- 44 São características e qualidades necessárias aos profissionais que gerenciam uma Unidade Produtora de Refeições (UPR)
- (A) conhecimento, foco, visão, responsabilidade, eficácia e habilidade.
 - (B) foco, eficiência, conhecimento técnico, habilidade, perseverança.
 - (C) responsabilidade, honestidade, qualidade, eficiência, habilidade.
 - (D) liderança, conhecimento, aplicabilidade, qualidade no trabalho, acessibilidade.
 - (E) conhecimento, habilidade, atitude, responsabilidade, métodos e enxergar.



- 45 De acordo com a Portaria nº 1428, de 26 de novembro de 1993, do Ministério da Saúde, o controle de qualidade e a garantia da qualidade compreendem, **respectivamente**, as informações sobre
- (A) os métodos e procedimentos utilizados no controle de todo o processo e a forma de organização, operacionalização e avaliação do sistema de controle de qualidade do estabelecimento.
 - (B) os procedimentos operacionais padronizados e se estão sendo utilizados no processo produtivo e a verificação e a avaliação das atividades se estão dentro da qualidade estabelecida.
 - (C) as atividades executadas e se está de acordo com as normas estabelecidas nos Procedimentos Operacionais Padronizados, os documentos adotados pela organização, assim como se a forma de avaliação do sistema de qualidade e se está dentro do estabelecido pela empresa.
 - (D) as ferramentas da qualidade utilizadas no processo e a forma de operacionalização e avaliação do sistema de qualidade do estabelecimento.
 - (E) as atividades executadas e se estão de acordo com as normas estabelecidas no Manual de Boas Práticas e os documentos adotados pela organização, assim como se a forma de avaliação do sistema de qualidade está de acordo com o esperado pelo estabelecimento.
- 46 A Agência Nacional de Vigilância Sanitária, com o objetivo de reduzir os perigos causados pelo consumo de ovos, propôs normas de comercialização. Na rotulagem dos ovos, além dos dizeres exigidos para alimentos, devem constar as seguintes expressões:
- (A) “O consumo desse alimento cru ou mal cozido pode causar danos à saúde” e “Mantenha os ovos preferencialmente refrigerados”.
 - (B) “O consumo desse alimento muito cozido pode causar danos à saúde” e “Mantenha os ovos preferencialmente refrigerados”.
 - (C) “O consumo desse alimento cru pode causar danos à saúde” e “Mantenha os ovos preferencialmente à temperatura ambiente”.
 - (D) “O consumo desse alimento cru ou muito cozido pode causar danos à saúde” e “Mantenha os ovos preferencialmente refrigerados”.
 - (E) “O consumo desse alimento cru ou mal cozido pode causar danos à saúde” e “Mantenha os ovos preferencialmente congelados”.
- 47 A Ficha Técnica de Preparo (FTP) é utilizada na Unidade Produtora de Refeições (UPR) como o principal instrumento de
- (A) avaliação do trabalho para padronizar as receitas que fazem parte da composição dos cardápios.
 - (B) planejamento e garantia da padronização das receitas que fazem parte da composição dos cardápios.
 - (C) execução, de forma padronizada, das receitas que fazem parte dos cardápios.
 - (D) teste das receitas que fazem parte da composição dos cardápios.
 - (E) conhecimento e aceitabilidade da clientela da Unidade Produtora de Refeições.
- 48 Os alimentos recebidos em uma Unidade Produtora de Refeições (UPR) devem estar de acordo com a legislação brasileira, inclusive no quesito rotulagem. Os itens abaixo devem estar descritos nos rótulos dos alimentos classificados como não perecíveis.
- (A) informação nutricional, registro, lista de alimentos permitidos, conteúdo líquido.
 - (B) identificação do lote, prazo de validade, valor unitário, data da fabricação.
 - (C) instruções sobre o preparo e uso do alimento, público alvo, se contém ou não glúten, listas de alimentos permitidos.
 - (D) denominação de venda, lista de ingredientes, conteúdo líquido, identificação de origem.
 - (E) lista de ingredientes, prazo de validade, data da fabricação, lista de alimentos permitidos.
- 49 O Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), previsto na NR-7, deve incluir, entre outros, a **realização obrigatória** dos seguintes exames médicos:
- (A) admissional, demissional, periódicos, exames audiológicos.
 - (B) admissão, periódico, de retorno ao trabalho, de mudança de função e demissional.
 - (C) admissão, revisional, demissional, exames específicos e exames audiométricos.
 - (D) periódico, admissional, demissional, exames laboratoriais e específicos da função.
 - (E) retorno a função, admissional, demissional, exames laboratoriais e exame clínico.



50 No Brasil, os valores de referência para a capacidade volumétrica de medidas caseiras em mL são determinados pela Resolução RDC n° 359, de 23 de dezembro de 2003, que aprova o Regulamento Técnico de porções de alimentos embalados para fins de rotulagem nutricional. A capacidade de uma colher de sopa, uma xícara de chá e de um prato fundo são, **respectivamente**,

- (A) 10, 250 e 180.
- (B) 15, 200 e 250.
- (C) 10, 200 e 250.
- (D) 15, 250 e 350.
- (E) 10, 180 e 200.